



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

REGILENE DOS SANTOS SILVA

**ETNOGÊNESE E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DO POVO
TUPINAMBÁ: ESTUDO DA ALDEIA MURATUBA NO BAIXO
TAPAJÓS (SANTARÉM/PA, 2000-2017)**

**Santarém
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

REGILENE DOS SANTOS SILVA

**ETNOGÊNESE E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DO POVO
TUPINAMBÁ: ESTUDO DA ALDEIA MURATUBA NO BAIXO
TAPAJÓS (SANTARÉM/PA, 2000-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História e Geografia, ênfase em História, sob orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima

**Santarém
2018**

REGILENE DOS SANTOS SILVA

**ETNOGÊNESE E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DO POVO
TUPINAMBÁ: ESTUDO DA ALDEIA MURATUBA NO BAIXO
TAPAJÓS (SANTARÉM/PA, 2000-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História e Geografia, ênfase em História, sob orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima

Conceito:

Data de aprovação: ___/03/ 2018.

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima – Orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Eduardo Soares Nunes – Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Me. Diego Marinho de Gois – Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Depois Dele, expresso minha gratidão aos meus pais, meus irmãos, meu cunhado Gilberto Andrade (in memoriam), meu esposo e meus filhos Andrew Lucas, Adriel Júnio e Isabelle Lorena.

Também é importante destacar meus agradecimentos ao meu orientador Douglas Mota Xavier de Lima que, além de um excelente professor, orientador, tornou-se um grande amigo.

Agradeço também aos meus amigos de curso, que se tornaram irmãos para mim: Pedro Rogério Carvalho, Williane Ketene Aguiar e Franciana Fernandes, que compuseram o meu grupo de trabalho do início do curso até o final deste.

Além deles, cito a minha amiga Jeany Aguiar, companhia de sala de aula e das tardes no arquivo. E deixando o Pará, reporto meu agradecimento a minha amiga Luziane Lobato, que mesmo na correria do mestrado, sempre se mostrou presente na minha vida.

Não poderia ter realizado a presente pesquisa sem a participação dos indígenas Tupinambá na Aldeia Muratuba, porque além da contribuição dos mesmos, fica registrado também a minha emoção de fazer parte desse universo indígena, pois sou indígena, meus antepassados também são e a memória deles está em nosso sangue. Sou graduanda indígena na área da História e não poderia deixar de registrar minha emoção e minha forte admiração por nosso movimento indígena, que vem se fortificando em prol dos nossos direitos indígenas.

Para finalizar, agradeço os meus amigos José Elias Mota e Valdenice Mota Santos que sempre me apoiaram durante a graduação.

“O sangue e o sonho de nossos antepassados permanecem em nós. Apesar dos galhos terem sido cortados, seus frutos roubados e até seu tronco queimado, as raízes estão vivas e ninguém pode arrancá-las”

1º Encontro dos Povos Indígenas do Tapajós, dezembro de 1999

ETNOGÊNESE E AFIRMAÇÃO ÉTNICA DO POVO TUPINAMBÁ: ESTUDO DA ALDEIA MURATUBA NO BAIXO TAPAJÓS (SANTARÉM/PA, 2000-2017)

Regilene dos Santos Silva¹

Resumo

A presente pesquisa objetiva evidenciar a mobilização dos moradores de Muratuba pelo reconhecimento desse espaço como aldeia indígena. A pesquisa apresenta como recorte temporal os anos de 2000 a 2017 e utiliza como método de pesquisa a entrevista qualitativa com base na História Oral. No desenvolvimento do trabalho, visamos demonstrar o sentido de etnicidade que vem sendo discutido por alguns estudiosos, bem como o debate sobre o conceito de etnogênese. No que faz referência ao resultado da pesquisa, apontamos que a experiência da comunidade, desde o início do movimento para ter a garantia de reconhecimento como aldeia, é oriunda de muitas lutas, de estudos que tiveram a contribuição de antropólogos e estudiosos outros, mas, principalmente, pelo envolvimento da própria comunidade que almejava esclarecer suas origens e lutar para ter seus direitos garantidos, preservados e respeitados.

Palavras-chave: Etnogênese. Tupinambás. Muratuba.

Abstract

The present research aims to demonstrate the mobilization of the residents of Muratuba for the recognition of this space as an indigenous village. The research presents as a temporal cut from the years 2000 to 2017 and uses as a research method the qualitative interview based on Oral History. In the development of the work, we aim to demonstrate the sense of ethnicity that has been discussed by some scholars, as well as the debate on the concept of ethnogenesis. In what refers to the research results, we point out that the experience of the community, from the beginning of the movement to have the guarantee of recognition as a village, comes from many struggles, studies that had the contribution of anthropologists and others, but mainly, by the involvement of the community itself that aimed to clarify their origins and strive to have their rights guaranteed, preserved and respect.

Keywords: Ethnogenesis. Tupinambás. Muratuba.

¹ Graduanda em História da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima (UFOPA).

*

Por muito tempo houve um silenciamento da história indígena, no entanto, essa realidade vem sendo modificada através de pesquisas que procuram destacar as vivências e memórias que até então foram deixadas em segundo plano. Como enfatiza Maria Regina Celestino de Almeida, desde a *História do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen (1854) até um momento bastante avançado do século XX, os índios, grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios². Essa era a história que por muito tempo nos foi repassada, na qual a autonomia indígena como agentes da própria história nem ao menos era mencionada.

Ao considerarmos o processo de colonização ocorrido no Brasil, percebe-se que não houve uma preocupação em respeitar as especificidades das sociedades que aqui viviam quando da chegada dos colonizadores, assim, muito dos aspectos culturais das diversas comunidades foram sendo subjugados e postos ao esquecimento. Sabemos que a história dos povos indígenas brasileiros é pautada em muitas perdas e essa realidade também se estende a região amazônica, onde muitas populações indígenas tiveram que se adequar às imposições dos colonizadores e, assim, acabaram tendo que assimilar vários costumes estrangeiros, passando a negar sua história, parte da sua cultura indígena e a se comportar como “civilizados”³.

Segundo Florêncio Almeida Vaz Filho, na Amazônia, parte dos povos indígenas reetnicizados já não falam línguas particulares e tem um modo de vida e caracteres físicos, em muitos aspectos, semelhantes àqueles dos caboclos, o que não significa que essas populações não possam ser consideradas indígenas e muito menos que estes estão alheios a sua importância dentro da história⁴. Nesse cenário, amplia-se atualmente entre as comunidades da região movimentos de luta pelo seu reconhecimento como aldeias indígenas e, para esse processo, a memória e a história mostram-se elementos de grande relevância.

Considerando esta questão, reportamo-nos ao que menciona Júlio Pimentel Pinto, quando este diz que constantemente afeiçoada ao passado, desejosa de sua permanência e disposta a resgatá-lo, a memória não reside exclusivamente nos textos⁵. Isso nos leva a repensar que as comunidades indígenas compreenderam que suas experiências vivenciadas cotidianamente e repassadas pelos relatos orais de seus antepassados são dignas de ser levadas

² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 13.

³ LUCIANO, Gersm J. dos Santos; OLIVEIRA, Jô Cardoso de; HOFFMAN, Maria Barroso (org.). *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília: Centro indígena de estudos e pesquisa, 2010, p.113-117.

⁴ *Ibidem*, p.107.

⁵ PINTO, Júlio Pimentel. *Os muitos tempos da memória. Projeto História*. São Paulo, (17), nov. 1998., p. 207.

em consideração. Deste modo, as comunidades ribeirinhas, identificadas como indígenas não necessitam basicamente de um documento que determine sua identidade indígena, estando o processo de auto identificação fundado nas experiências vivenciadas dentro dessas comunidades e na expressão “assumir-se como índio”, mote muito usado na última década no baixo Tapajós e que tem um primeiro sentido de declaração pública de uma identidade que, segundo os nativos, já preexistia⁶.

Com base nessas questões, em 2013 foi desenvolvido um primeiro trabalho junto à comunidade, que teve como título “Índios Tupinambás da Aldeia Muratuba: um estudo sobre sua identidade e cultura”⁷, e consistiu na entrevista de uma dezena de moradores da aldeia. Nesse estudo, foi possível perceber que persistem, entre os moradores mais antigos, resquícios de antigas percepções mitológicas relativas aos fenômenos naturais e discutir elementos da identidade indígena com base na fala dos moradores. A experiência de pesquisa foi importante por permitir notar as mudanças e as dificuldades vivenciadas pela comunidade nos últimos anos. Durante as entrevistas, destaca-se o relato da moradora Maria de Jesus dos Santos Silva, que descreveu o processo de luta da comunidade pelo seu reconhecimento como aldeia indígena.

A partir deste relato e dos demais recolhidos, decidiu-se aprofundar a pesquisa estabelecendo como eixo investigativo a mobilização da comunidade pelo seu reconhecimento como aldeia indígena, processo local que expressa um fenômeno crescente na região amazônica, fenômeno este caracterizado como etnogênese. O recorte temporal da presente pesquisa é do ano 2000 até o ano 2017, pois o ano 2000 foi o ano em que os moradores da comunidade conseguiram o reconhecimento da aldeia indígena Muratuba pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e o ano de 2017 foi o período de realização das entrevistas. O método da história oral foi escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, posto que através dos relatos desses moradores que participaram direta e indiretamente do processo de reconhecimento da comunidade como aldeia indígena, é possível analisar as diferentes perspectivas que os agentes envolvidos nesse processo o vivenciaram e o interpretam como experiência.

O meu intuito de desenvolver esse trabalho, também ocorreu pelo motivo de eu ser oriunda da aldeia Muratuba, lugar que tenho uma ligação afetiva, pois nesse espaço cresci e nele vivem meus familiares. Diante disso, despertou o meu interesse em pesquisar esse espaço

⁶LUCIANO, Gersem J. dos Santos; OLIVEIRA, Jô Cardoso de; HOFFMAN, Maria Barroso (org.). *Idem*, p. 125.

⁷ O trabalho foi realizado pelos alunos: Bruno dos Santos Neves, Max Nei Braz Sousa, Regilene dos Santos Silva, Regivane dos Santos Silva, Risomar dos Santos Silva e Rosário Sarmento, durante a disciplina Interação na Base Real (IBR), oferecida pelo professor Itamar Rodrigues Paulino, no primeiro semestre de 2013.

e como ocorreu o processo de reconhecimento da aldeia e da como se deu a afirmação ética, a partir da visão dos moradores.

ETNOGÊNESE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que pensar como identidade étnica? Como trabalhar o conceito de etnicidade e etnogênese diante das emergências étnicas que diversas populações vêm vivenciando nos últimos anos? Na perspectiva de Phillippe Poutignat e Jocellyne Streiff-Fenart, a etnicidade pode então corresponder a identidades coletivas de todos os tipos: religiosas, associadas a estilos de vida ou a classes econômicas, unidades políticas, etc., suscetíveis de se sobrepor e de se fundir umas nas outras⁸. Assim sendo, é nessa tentativa de analisar o papel de diversas comunidades que estão se reafirmando etnicamente como povos indígenas que iremos trabalhar nossas discussões, visando compreender primeiramente o que é o conceito de etnicidade para tratar o que vem acontecendo no interior dessas comunidades para se autodeclararem indígenas.

Poutignat e Streiff-Fenart enfatizam que desde seu aparecimento, o conceito de etnicidade é definido por aqueles que o utilizam pela universalidade de seu domínio de aplicação⁹. Há de se ponderar a versatilidade do conceito de etnicidade, daí a complexidade em estabelecer um parâmetro único para definir o conceito de identidade étnica a determinadas comunidades sociais.

De acordo com alguns pesquisadores, a etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações¹⁰. Dentro dessa contextualização estão inseridos outros aspectos como a própria identidade cultural, social e identidade nacional que permeiem a constituição de um povo e que vem alargar as discussões em torno do termo etnicidade. Assim sendo, Lucinda Platt salienta que:

etnicidade é uma identidade autoconsciente e reivindicada que é compartilhada com outros com base na crença em uma ascendência comum, pode ter relação com país de origem, língua, religião ou costumes, e ser

⁸ POUTIGNAT, Philippe & STEIFF-FENART, Jocellyne. *Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2011, p. 52.

⁹ *Ibidem*, p.26.

¹⁰ *Ibidem*, p.27.

moldada pelo contato com outros e por experiências de colonização ou migração¹¹.

Percebe-se que a questão da etnicidade envolve aspectos diversos que se complementam e formam o conjunto étnico que caracteriza uma sociedade, um povo, uma nação. A etnicidade, na medida em que é autoconscientemente reivindicada, é parte da identidade individual¹².

Para além dessas questões surge também o problema da utilização do termo etnia. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, o termo não seria senão uma vã tentativa de fugir a uma forma de pensamento biologizante que tornava o debate sobre o tema bem mais restrito¹³. Dentro dessa concepção é possível salientar o quão teria e tem sido difícil para comunidades indígenas estabelecerem uma conexão com suas identidades precursoras e manter essa relação diante de toda essa forma de pensar a questão da etnia.

Segundo Fredrik Barth, o termo etnicidade é um conceito de organização social que nos permite descrever as fronteiras e as relações dos grupos sociais em termos de contrastes altamente seletivos, que são utilizados de forma emblemática para organizar as identidades e as interações¹⁴. Mas o que seriam essas fronteiras étnicas e essas relações sociais que determinam o conceito de etnicidade? Poutignat e Streiff-Fenart ressaltam que embora a hipótese de que cada tribo ou povo manteve sua cultura graças a uma ignorância belicosa de seus vizinhos não seja defendida por mais ninguém, persiste a visão simplista de que o isolamento geográfico e social tenham sido fatores críticos para a sustentação da diversidade cultural¹⁵.

Para os autores as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação¹⁶, pelo contrário, é essa relação de contatos que faz com que as determinações étnicas sejam mais solidificadas, pois trazem um simbolismo e um sentido de pertença ao que se considera como sua cultura. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, posto que são frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes¹⁷. São

¹¹ PLATT, Lucinda. Etnicidade. In: SCOTT, John (org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 87.

¹² Ibidem.

¹³ POUTIGNAT, Philippe & STEIFF-FENART, Jocellyne. *Idem*, p. 43.

¹⁴ Ibidem, p. 184.

¹⁵ Ibidem, p. 188.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

essas relações que solidificam essas identidades étnicas, pois essas diferenças se tornam essenciais para se firmar as diversidades culturais que existem.

Cabe assim uma definição na perspectiva antropológica do que seria um grupo étnico:

Perpetua-se biologicamente de modo amplo, compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais, constitui um campo de comunicação de interação, possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo¹⁸.

Essa visão de grupo étnico leva a um entendimento de que as sociedades para manter suas culturas não precisam se isolar das demais, permanecendo sem contatos com outros grupos. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, determinadas etnias, apesar de suas mudanças e dos acontecimentos traumáticos que as afetam, como a conquista, a escravidão, a dispersão ou a conversão religiosa, mantêm um senso de sua própria continuidade¹⁹.

Neste sentido, pensar as interações dos povos indígenas com os não indígenas nos faz perceber que apesar do avanço dessas fronteiras sociais é possível que estes tenham através desse contato firmado sua cultura. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão²⁰. Cabe então discutir esses recuos e avanços dentro dessas fronteiras sociais para pensar de que forma os povos indígenas se apropriaram desses conceitos para manter vivas suas tradições e garantir a sobrevivência de sua cultura apesar da predominância dos conquistadores.

ETNOGÊNESE E ESTUDOS INDÍGENAS

As reivindicações dos povos indígenas para o reconhecimento de seus territórios, hábitos, costumes e tradições é um fenômeno que vem ocorrendo não só a nível nacional, e sim global, pois diversos povos ao redor do mundo vêm reivindicando esses direitos e no Brasil não é diferente. Miguel Alberto Bartolomé cita que estão ocorrendo processos semelhantes na Bolívia, Chile, e em outros países da América Latina, além de explicar que “a etnogênese foi e é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política

¹⁸ Ibidem, p.190.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem, p. 195.

das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade”²¹.

Esse fenômeno conhecido por emergência étnica, ou etnogênese, envolve, principalmente, mas não exclusivamente, grupamentos que foram vítimas de políticas estatais assimilatórias, que, em meio a conjunturas sociais e políticas propícias para a reivindicação de direitos, encontram espaço para solicitar a afirmação de sua identidade como povos indígenas²². Há essa compreensão em reafirmar suas identidades étnicas perante uma sociedade que trabalhou para dissipar essas simbologias e significados, principalmente em se tratando dos povos indígenas.

Ainda sobre essa questão do uso do termo etnogênese, Bartolomé salienta que com alguma frequência tem-se chamado de etnogênese o desenvolvimento de novas configurações sociais de base étnica que incluem diversos grupos participantes de uma mesma tradição cultural²³. É por isso que esse processo vem ganhando destaque principalmente na região amazônica, onde povos tradicionais estão buscando se organizar para obterem o reconhecimento como povos indígenas na região.

Sobre a questão da etnogênese, o antropólogo Gersem dos Santos Luciano enfatiza o seguinte:

A “etnogênese” é um fenômeno” em que, diante de determinadas circunstâncias históricas, um povo étnico, que havia deixado de assumir sua identidade étnica por razões também históricas, consegue reassumi-la e reafirmá-la, recuperando aspectos relevantes de sua cultura tradicional. Em grande medida, o processo de etnogênese ocorreu e ocorre em todas as regiões do Brasil. O que acontece é que em algumas regiões, como a Nordeste, este fenômeno está tendo caráter mais impactante na dinâmica sociocultural e política da região²⁴.

As reivindicações de povos que até então eram vistos como minorias, ou até mesmo extintos, está em um processo crescente, povos que há muito estavam silenciados e sufocados por imposições dos colonizadores e que até então não tinham encontrado vozes para lutar por

²¹ BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abril 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100002&script=sci_arttext.

²² ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. In.: No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In.: RICARDO, Beto e RICARDO, Fany (ed.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental. 2006, p. 50.

²³ BARTOLOME, op. cit., p. 39.

²⁴ LUCIANO, Gersem S. *O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade/LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>. Acesso em 18/01/2016.

seus direitos emergiram em busca de travar lutas que lhes tragam o retorno de sua identidade histórica. Com essa disposição, comunidades então classificadas como caboclas passam a reclamar o reconhecimento legal como indígena, assim como os correspondentes direitos étnicos. O silêncio historicamente imposto cede lugar à luta por visibilidade e território²⁵.

Em meio a essas reafirmações étnicas, surgem diferentes povos que se identificam como indígenas em busca de reconhecimento de seus territórios, mas também emergem lutas travadas outrora por setores da sociedade que sempre tiveram o interesse em manter abafadas essas manifestações. Para Rodrigo Correa Peixoto, Karl Arenz e Kércia Figueiredo, a história que nega a existência do indígena misturado porque só o reconhece como primitivo e puro é expressão de uma longa experiência de assimilação imposta, contra a qual os indígenas resistiram até os dias de hoje, com sua história silenciosa e presença cultural²⁶. Essa resistência indígena como mecanismo de sobrevivência garantiu a sobrevivência dos povos indígenas e apesar destes terem se mesclado a sociedade que os cercou, atualmente estão encontrando forças para se impor e restabelecer suas origens históricas e assim ter suas tradições e costumes reconhecidos e respeitados, bem como ter garantido o direito aos territórios que ocupam. Contudo, o movimento dessas comunidades em busca de reconhecimento como povos indígenas tem gerado inúmeros conflitos, afinal, o contato entre esses povos distintos em nada foi amistoso desde a chegada dos europeus à América.

José Maurício Arruti afirma que os processos de etnogênese iniciaram por volta dos anos 1920, findando nos anos 1940. O movimento retornou 30 anos depois, no auge do governo militar, na década de 1970²⁷. Esse processo tem ganhado força no Brasil, em especial nas regiões Norte e Nordeste, onde tem surgido um maior número de grupos que reivindicam seu reconhecimento como populações indígenas, no entanto, isso não significa que em outras regiões do país também não haja essa manifestação.

A Constituição Federal, no artigo 231, diz que: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”²⁸. É inegável a força que os movimentos indígenas conquistaram com a consolidação da Constituição Federal de 1988, isso foi uma força motriz que motivou

²⁵ PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15 n. 2 • p. 279-313 • dez. 2012, p. 280.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. *Idem*.

²⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

mais ainda a luta desses povos para garantir o direito de seus territórios e para se organizarem de forma que pudessem impor suas reivindicações perante o Governo.

O movimento cresce não apenas em virtude da possibilidade de se obter direitos devidos aos povos indígenas, respaldados por legislações internacionais e pela Constituição de 1988, em um quadro de insuficiência de serviços públicos para as comunidades caboclas, desde sempre desprezadas²⁹. A luta dos povos indígenas pelo reconhecimento e por respeito a suas origens se acentuou mais ainda após esses acontecimentos políticos, favorecendo assim uma identidade maior com seus costumes e tradições, fazendo com que a identificação em ser indígena não fosse mais motivo de se manter nas sombras. O indígena, antes envergonhado, sente-se orgulhoso de pertencer a um povo e a um movimento que busca afirmar identidades, direitos e territórios³⁰.

Essa visibilidade vem trazendo novos rumos as lutas desses povos e vem gerando questionamentos que até então estavam mantidos em silêncio. Como enfatiza Bartolomé:

A nova visibilidade política obtida pelos povos indígenas nas últimas décadas faz com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto da reflexão, algo desconcertada, dos responsáveis ao decretarem que a “modernidade” era o fim da etnicidade, ou que esta era uma “contradição secundária” das sociedades de classes. No entanto, os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis viventes do passado, mas sim como sujeitos e participantes da história, como sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas³¹.

Ao se tornarem mais ativos, não quer dizer que estavam fossilizados, pois mantiveram suas crenças e tradições e estão em busca de mantê-los, por isso há essa retomada por parte desses povos para estabelecer e fincar na história suas tradições que até então estavam sendo relegadas ao esquecimento. Segundo o mesmo autor, para os etnógrafos de campo e para as populações regionais, essa presença étnica nunca esteve realmente oculta, a não ser por sua ausência no discurso acadêmico e político que até recentemente não havia reparado nela³².

Esse é um processo que vem ganhando forças em diferentes lugares ao redor do mundo e na região amazônica não é diferente, em especial na região Oeste do Pará, que tem diversas comunidades aderindo a essas lutas em prol do reconhecimento de seus territórios como indígenas. A ideia de que os povos indígenas da região estavam em extinção está sendo

²⁹ PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia. *Idem*, p. 281.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ BARTOLOME, op. cit., p. 44.

³² *Ibidem*, p. 44.

reformulada em vista do maior percentual de comunidades que vem se autodeclarando aldeias indígenas e lutando para serem reconhecidos como tal.

O “mito da miscigenação”, entendido como a realização generalizada de uma síntese racial e cultural em toda a América Latina, alimentou também a ideologia conforme a qual os índios tinham desaparecido e agora todos os habitantes de cada Estado eram homogêneos graças a esse processo³³. O que se entendia por miscigenação e aculturação dos diversos povos indígenas está sendo revisto em face de todas as batalhas que os diversos povos indígenas vêm estabelecendo com a sociedade em geral e os governos para consolidar de vez seus direitos.

Contudo, apesar dos avanços que vem ocorrendo ainda há muito que se confrontar diante de ideias e leis que nem sempre favorecem a consolidação dessas sociedades indígenas, em muitos casos há a descrença desses povos como índios autênticos por parte da sociedade e do governo, visto que ainda se tem a necessidade de quebrar certos paradigmas sobre a imagem do índio e de como é ser índio. Assim, as relações das comunidades atuais com as do passado produzem-se por meio da seleção e da recriação de aspectos da memória e de traços culturais emblemáticos, capazes de atuarem como sinais externos de reconhecimento entre aquelas instâncias de poder que declararam sua extinção³⁴.

Neste sentido, propõe-se analisar os meios que levaram a comunidade de Muratuba a se identificar como uma comunidade indígena e os caminhos por ela percorridos para alcançar a regularização como tal, como o processo de etnogênese foi vivenciado por seus moradores e como isso vem sendo repassado para as gerações seguintes. Assim sendo, serão apresentados a seguir os procedimentos metodológicos que foram usados para o desenvolvimento da pesquisa e os caminhos que levaram a escolha do presente método.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O uso de fontes orais no trabalho historiográfico é cada vez mais comum, ainda que seja uma prática recente dentro da pesquisa histórica. Segundo Verena Alberti, durante o século XIX, com o predomínio da história “positivista” e a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano, pois estes depoimentos não teriam valor de prova já que estariam sujeitos a subjetividades e a falhas de

³³ Ibidem, p. 45.

³⁴ Ibidem, p. 50

memória de quem prestava o depoimento, assim como a uma visão parcial sobre o passado em questão³⁵.

Foi a partir da insatisfação de alguns pesquisadores com os métodos quantitativos que no pós-guerra ocorreu um avanço dos métodos qualitativos de investigação e algumas experiências com a história oral demonstraram o potencial da metodologia para o estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais³⁶. Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão específico? No dizer de Alberti, a definição de história oral seria um método de pesquisa (histórica, antropológica e sociológica) para o estudo de acontecimentos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos sociais, conjunturas, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. Para a autora, a entrevista de história oral permite recuperar aquilo que não se encontra em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc. Nesse sentido, fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas³⁷.

É pautado nessa perspectiva de envolvimento das pessoas com os acontecimentos vividos e da utilização dos relatos orais como fontes que se optou por usar a história oral como metodologia para o presente trabalho, que tem a proposta de relatar o processo pelo qual passou a comunidade de Muratuba para se definir como aldeia indígena. Visando ressaltar que a construção histórica da comunidade vem sendo pautada em uma herança herdada de costumes e tradições de seus antepassados que são passados de geração a geração, cabe aqui investigar essas memórias que os moradores da comunidade de Muratuba vem guardando e repassando ao longo de suas vivências. Como ressalta Michael Pollak:

Se puder dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade³⁸.

Nesses termos, se faz necessário recorrer aos moradores mais antigos para reconstruir essa formação histórica da aldeia. Estes, como sujeitos que vivenciaram o processo de afirmação da comunidade, se tornam essenciais para essa reconstrução. Em se tratando de

³⁵. ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

³⁶ *Ibidem*, p. 19.

³⁷ *Ibidem*, p.18, 22, 29.

³⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5.

memória, Verena Alberti enfatiza que não é mais fator negativo o depoente “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato³⁹. Essas particularidades que se expressam mais vivazmente nos relatos orais se tornam importantes para se dimensionar a maneira como os sujeitos interpretam os acontecimentos que vivenciaram.

O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento quando ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado⁴⁰, assim, foi importante selecionar diversos olhares dos moradores antigos buscando um panorama que abarcasse visões distintas sobre a construção e a motivação da comunidade em relação a sua afirmação como aldeia indígena. A escolha dos entrevistados não foi feita de maneira aleatória, estando todos os escolhidos ligados de alguma forma ao movimento que se iniciou para o processo de reconhecimento da comunidade como aldeia de Muratuba. Do mesmo modo, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturada que foi testado a fim de identificar incongruências e, num segundo momento, aplicado aos interlocutores selecionados para as entrevistas. Estas tiveram como suporte o uso de aparelhos eletrônicos como o celular e, ao todo, duraram sete dias durante o mês de julho de 2017. Após a realização das entrevistas, foi realizada a transcrição das mesmas.

A ALDEIA MURATUBA

A aldeia Muratuba (Figura 1), localiza-se na reserva extrativista Tapajós Arapiuns, na margem esquerda do Rio Tapajós, entre as comunidades de Vista Alegre e Paricatuba, a 17m do nível do mar. A aldeia é uma comunidade dotada de belezas naturais com imensas extensões de praias. Para se chegar à aldeia Muratuba, pode-se ir por via fluvial a partir de Santarém, com duração de no mínimo 6 horas de viagem.

Conforme o trabalho elaborado pelos moradores de Muratuba⁴¹, Muratuba se originou em 1918, a partir da existência de um lugar chamado Piraquara, que quer dizer “buraco de peixe”. Segundo os moradores mais antigos, o referido lugar recebeu esse nome por causa de um lago que até hoje existe e que na época tinha muito peixe. Muratuba quer dizer na língua tupi, “mata fechada” ou “mata alta”, e seus primeiros habitantes eram índios da etnia Tupinambá.

³⁹ ALBERTI, op. cit., p. 19.

⁴⁰ ALBERTI, op. cit., p. 23.

⁴¹ Essa pesquisa pontuada, foi realizada pelos moradores Antonio de Oliveira e Rosivethe Fernandes, no qual traz a história da aldeia, dos anos de 1918 a 1996, pelo primeiro autor e de 1996 a 2011 pela segunda.

Figura 1: Localização de Muratuba



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=mapa+da+resex+tapajos+Arapiuns&c>

Nos primeiros anos, eram apenas três famílias: a de Serafim Araújo do Carmo, conhecido por Clarindo, a de Herculano Farias e a de Romualdo José de Castro, somando 21 habitantes. Com o passar das décadas as famílias foram se multiplicando e, no ano de 1940, cerca de 16 famílias já povoavam o lugar denominado Muratuba. Durante os anos de 1965 e 1966 se discutiu a mudança do Centro Comunitário de Piraquara para Muratuba, uma vez que as famílias precisavam atravessar dois lagos para chegar à capela e ao barracão onde funcionava a escola. Devido a essa e outras situações, os moradores chegaram ao consenso em favor da mudança, ocorrida entre 1967 e 1968. Desde então, Muratuba passou a ser o Centro da organização de aproximadamente 20 famílias que habitavam a referida comunidade.

Após doze anos, na década de 1980, a forma de organização social foi mais intensa e tomou outro rumo com o surgimento dos movimentos populares e, para garantir o fortalecimento da luta pela terra, foi fundada a Delegacia Sindical com 42 associados, coordenada por José dos Anjos. Em 1997, a luta pela permanência na terra se acentuou e Muratuba, assim como as demais comunidades situadas à margem esquerda do rio Tapajós, garantiu o direito em permanecer na sua terra de origem através da criação da Reserva

Extrativista Tapajós Arapiuns. Em 1999, os comunitários foram convidados a participar de um evento na comunidade de Jauarituba⁴², em seguida, pesquisas e estudos antropológicos foram realizados com a finalidade de identificar a etnia desse povo. Já no ano 2000, a FUNAI reconhece a comunidade de Muratuba como povo Tupinambá.

Atualmente, a aldeia indígena Muratuba conta com 75 famílias e 311 habitantes, entre crianças e adultos, que se consideram indígenas da etnia Tupinambá.

O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE COMO ALDEIA INDÍGENA: A VISÃO DOS MORADORES DE MURATUBA

Destinamos este espaço a análise de como se deu, a partir da visão dos moradores, a relação com a sua identidade indígena e como estes avaliaram o processo de reconhecimento da comunidade como aldeia indígena, assim como o que os motivou a buscar esse reconhecimento do espaço em que habitavam como aldeia indígena e como os mesmos se sentem ao se declararem Tupinambás. Como enfatiza Lucília de Almeida Neves Delgado, são os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história⁴³. Caberá, portanto, através dos relatos desses moradores analisar essas representações que nortearam as suas experiências durante o processo de consolidação e reconhecimento da aldeia Muratuba. Entende-se que as narrativas, assim como os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições⁴⁴.

Segundo os moradores entrevistados, ao serem perguntados sobre o motivo da autodemarcação Tupinambá na aldeia Muratuba, estes em sua maioria responderam que o foco principal é a proteção da floresta. Elivaldo de Oliveira dos Santos, morador da Aldeia Muratuba e professor na Escola Indígena Santa Luzia, diz que:

o principal motivo ééé... é proteger a floresta, proteger a mata, proteger a sua área demarcada, pra que não seja invadida né, pra que os futuros filhos tenham onde plantar, caçar, colher, não só na floresta, na mata, mas também no rio, a proteção do rio, isso é um objetivo nosso também da aldeia né, em proteger o rio também⁴⁵.

⁴² Esta localidade, atualmente reconhecida como aldeia indígena, fica próxima de Muratuba e é da etnia Tupinambá.

⁴³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. HISTÓRIA ORAL. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura. Dossiê p. 9-25. 2003, p. 10.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁵ Elivaldo de Oliveira dos Santos, 34 anos. Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

A preocupação com a sobrevivência da floresta e a disponibilidade desses recursos que são por ela oferecidos chegarem às gerações futuras se mostra bem presente através dessa fala, demonstrando assim a relação do homem dessa comunidade com a natureza. Como destaca Florêncio Almeida Vaz Filho, “essa terra, além de assegurar o seu meio de subsistência, tem múltiplos significados, como o lugar onde está conservado o seu passado, constitui a base da sua memória e dos seus mitos”⁴⁶. Do mesmo modo, Maria de Jesus dos Santos Silva, 71anos, moradora da aldeia Muratuba, ao tratar da motivação para a luta pela demarcação da aldeia ressalta que “a autodemarcação foi porque nós queremos nosso território indígena e por isso nós lutamos por isso”, assim como seu Hipólito Silva, 73 anos, morador e uma das lideranças da aldeia, que também defende a demarcação do território como mecanismo para manter a floresta viva.

Para a moradora Rosivethe Castro Fernandes, 51anos, professora na Escola Indígena Santa Luzia e secretária da Associação de Moradores de Muratuba (ASMOCOM), estas motivações a princípio ainda estavam distantes de seu entendimento, no entanto, ao se reportar ao interesse da comunidade para a demarcação como terra indígena, ela se remete a mesma fala dos demais moradores no que se refere à proteção do território:

A princípio eu não tenho tanta informação sobre isso, mas o que se sabe né, um dos motivos é a questão de preservação da área coletiva né, lutar por essa área coletiva de preservar ela assim tocável não permita a invasão de madeireiros, não permita que uma exploração de outra maneira venha, eu quero dizer assim entrar nessa área, um dos motivos é esse né, a questão de preservação dessa área como uma área coletiva, um dos motivo é que ela seja defendida e que ela seja cultivada pelos povos que vivem aqui né, que são povos descendentes, povos originários né, é com esse objetivo aí de preservação⁴⁷.

É a partir desse entendimento de proteção e sobrevivência da floresta para os moradores locais e para as gerações vindouras que os mesmos viram a necessidade de garantir o seu direito ao território que ocupam. Assim sendo, foram em busca de reconhecimento da comunidade como território indígena.

⁴⁶VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Tese de doutorado, 2010, p. 242.

⁴⁷ Rosivethe Castro Fernandes, 51 anos. Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

Neste sentido, ao relatarem sobre o processo de reconhecimento da comunidade como aldeia Tupinambá é possível detectar a análise que cada morador entrevistado faz desse episódio. Como podemos ver na fala do morador Elivaldo de Oliveira dos Santos:

Esse processo iniciou no ano de 1999 onde se reuniram várias comunidades lá na aldeia, lá na comunidade de Juarituba, onde lá se discutiram a questão indígena mesmo onde veio vários antropólogos estudaram a região aqui e descobriram através dos seus estudos ééé... vestígios de tribos indígenas que habitaram essa região⁴⁸.

Em todas as entrevistas há um consenso entre as falas dos entrevistados no que diz respeito ao processo de reconhecimento da aldeia Muratuba. Contudo, é importante ressaltar que a maneira como é feito os relatos varia de pessoa para pessoa, uns são mais detalhistas, outros bem mais diretos quanto aos fatos. Na fala de Rosivethe Castro Fernandes, ao ser entrevistada sobre como surgiu o processo de reconhecimento da comunidade de Muratuba para se tornar aldeia indígena, esta responde dizendo o seguinte:

Tá esse foi um processo que surgiu após o reconhecimento do povo, não do povo, mas depois que a comunidade começou a participar e algumas famílias então se entregaram ao movimento e a partir desse início de organização foi se discutindo as comunidades que estão passando a ser comunidade indígena, depois elas acabaram trocando né, só foi uma troca de nome de comunidade pra aldeia, que hoje nós não usamos mais essa palavra comunidade ou comunidade indígena, aqui agora é aldeia Muratuba⁴⁹.

Já na explicação da entrevistada Vitória de Oliveira, 78 anos, esta diz que “foi feita uma assembleia lá em Juarituba né, Juarituba que teve essa assembleia pra ser o acordo entre as famílias pra poder criar essa aldeia de Muratuba, né Tupinambá”. Uma versão bastante resumida do processo de reconhecimento da comunidade como aldeia indígena em comparação com os demais entrevistados citados.

Ainda há a visão de quem não participou ativamente do processo, porém acabou criando sua própria explicação de como se deu o movimento. É o que podemos perceber no que relata Luis Gonzaga Ferreira Fernandes, 57 anos, Delegado Sindical da Aldeia, a respeito dessa experiência: “isso aí foi um processo que eu não “tô” muito por isso aí né, eu penso assim, que foi uma origem que foi das famílias que começaram e já moravam aqui onde foi

⁴⁸ Elivaldo de Oliveira dos Santos, 34 anos. Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

⁴⁹ Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

comunidade e hoje é uma aldeia e eu ainda conheci algumas famílias dos antigo que tinha essa origem aqui”.

Partindo dessas motivações, procurou-se compreender qual a forma que esses moradores utilizaram para determinar a sua identidade étnica. Como podemos perceber nos relatos dos moradores, houve todo um processo de pesquisa e de participação de antropólogos durante a definição da etnia da comunidade. No entanto, alguns moradores ao falar sobre a questão demonstram um pouco mais de riqueza de detalhes em seus relatos, outros já são mais sucintos como é o caso do morador Hipólito, que diz o seguinte: “olha a comunidade em si, ela não discutiui, apenas uma pessoa que foi a minha esposa Maria de Jesus Santos Silva quem deu essa origem de nome Tupinambá, inclusive por Franco Lorenço, daí que veio já com esse nome Tupinambá”, e da moradora Vitória de Oliveira, que diz que “foi feita uma pesquisa assim né pra poder ela ficar como aldeia Tupinambá de Muratuba né, foi feita uma pesquisa”.

Mas há de se destacar a fala dos demais moradores que salientam a participação de antropólogos que estiveram envolvidos na definição da etnia da comunidade. A moradora Rosivethe Castro Fernandes, ao ser perguntada sobre a definição da etnia da comunidade, diz:

Bom, ela definida a partir de pesquisa na visita de antropólogos e essas pesquisas foram feitas com as pessoas mais idosas da comunidade, eram pessoas assim que tiveram uma história de vida que tiveram seus antepassado também, foi feito uma avaliação em terrenos onde que tinha a ideia que foram habitados por indígenas por índios né, então foram feito pesquisas não somente na questão oral, mas questão de objetos né, na questão de objetos foram feito pesquisas e após esse levantamento que teve, nós então tivemos a confirmação que diante dos relatos que foram feitos, na arte da confirmação de que a etnia nossa aqui o povo todinho aqui desse território que é tão longo aqui, houve essa confirmação de que Muratuba estaria sendo incluído como reconhecimento da etnia Tupinambá pelo fato que foi confirmado pela pesquisa que foi feito pelos antropólogos⁵⁰.

A partir da definição da etnia da comunidade, buscou-se através dos moradores entrevistados analisar de que maneira essa identidade indígena modificou suas maneiras de se perceber como indivíduos e como estes caracterizam essa mudança. Para isso foi perguntado a esses moradores, na perspectiva deles, o que representava ser Tupinambá.

Para alguns moradores essa identidade étnica ainda não está bem clara, como salienta Luis Gonzaga Ferreira Fernandes, que diz o seguinte: “não tenho muito bem o conhecimento disso né, porque é assim, eu já fiz pergunta pra algumas pessoas mais idosas do que eu, não consegui descobrir assim o fundo dessa origem”. Já para Hipólito Silva, ser Tupinambá é “a

⁵⁰ Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

língua materna, é uma língua materna dos indígenas Tupinambá”. Para dona Maria de Jesus dos Santos Silva, ser Tupinambá tem a ver com o sangue indígena, onde há luta por seus direitos, como ela mesma enfatiza: “ser Tupinambá é indígena aonde nós temos nosso direito, nosso sangue como indígena Tupinambá”. Estas compreensões esbarram no que enfatiza Vaz Filho, que salienta que se identificar como indígena é algo ligado às raízes, aos antigos índios, e, ao mesmo tempo, ao presente e até ao futuro dos moradores⁵¹.

Essa ideia de defesa dos direitos e de resistência é compartilhada também pela moradora Rosivethe Castro Fernandes que destaca:

bom, na minha opinião ser Tupinambá é defender, defender a origem né, a nossa origem porque a partir que nós somos reconhecidos e sabemos que os povos Tupinambás eles são, eles são um povo muito resistente, foram não, continuam sendo, eu acredito que ser Tupinambá é manter viva essa origem e essa resistência⁵².

As percepções desses moradores diante da necessidade de se reconhecer e se entender como indígena Tupinambá é visível na fala de Elivaldo de Oliveira dos Santos, quando diz que:

Tupinambá pra mim ééé... lutar, Tupinambá é lutar pelo seus direitos, é lutar pela causa da natureza, do rio ééé ... lutar não só em proteger a natureza e o rio, mas também pelos seus direitos né, hoje em dia indígena né, o índio ele tá se formando, principalmente pra ter o conhecimento, não pra lutar já com arco e flecha, mas pra defender através do seu conhecimento daquilo do seu entendimento da lei do conhecimento da lei, assim a gente eu acredito que é ser Tupinambá⁵³.

Esses moradores atribuem a luta pelos seus direitos à ideia de resistência, atrelados a atividades culturais como fatores que simbolizam o ser Tupinambá. São lutas que não se assemelham as disputas de territórios ocorridas durante a colonização e que hoje são percebidas por estes indivíduos que almejam o reconhecimento de seus territórios, a perpetuação de suas etnias, o respeito a sua cultura e a transmissão desses conhecimentos para as atuais e futuras gerações.

⁵¹ VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia*. *Idem*, p. 233.

⁵² Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

⁵³ Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

Essa questão de pertencimento ao lugar e mesmo de autoafirmação dos antepassados desse território também se faz presente na fala de Vitória de Oliveira:

Pois então, pra poder fundar essa aldeia como Tupinambá a gente vê assim né, porque os antigos que moravam aqui sempre diziam pra nós assim, quando eu vim pra cá com oito ano, os antigos sempre diziam pra mim assim, que esse Muratuba é onde os índios passaram né, que muitos achavam pedaço de panela, pedaço de prato, tudo de barro né, então foi pra reconhecer como se foram os índio Tupinambá que passaram aqui né⁵⁴.

Além de manter a preocupação na proteção do seu lugar de morada, entende-se que é importante solidificar a presença dos primeiros moradores do local fortalecendo o significado dessas populações na formação e origem da comunidade. Estas pessoas estão convencidas de que efetivamente são indígenas porque estão em continuidade com os povos indígenas que primeiro habitaram aquelas terras⁵⁵.

Esta compreensão de pertencimento ao lugar e de identificação dentro da comunidade está atrelado a proposta de etnogênese que vem sendo discutida nos últimos anos. Segundo Bartolomé, a etnogênese apresenta-se como processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva⁵⁶.

Todo esse processo de reorganização dessas etnias indígenas se deu a partir da compreensão de que apesar dos impactos causados pela chegada dos europeus na região durante a colonização, estas populações não desapareceram num passe de mágica. Seus descendentes, incluindo os mestiços, reorganizaram suas crenças, seu modo de vida e suas comunidades, criando estratégias para resistir e continuar vivendo. Foi a partir desse entendimento que as comunidades passaram a buscar o reconhecimento de seus territórios e a se organizar como movimentos indígenas na região para ter seus direitos garantidos como proprietários de suas terras e o reconhecimento de suas identidades étnicas⁵⁷.

Ao serem abordados sobre a importância do movimento indígena no Baixo Tapajós os entrevistados se mostram conscientes da importância em se organizarem como grupos que

⁵⁴ Vitória de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

⁵⁵ *Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*. N. 1 (jun. 2014). Manaus: UEA Edições, 2014. Resistência e mobilização dos povos indígenas do Baixo Tapajós, p. 3. Disponível em <http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/2013/10/03/declaração-da-mobilizacao-nacional-em-defesa-da-constituicao-federal-dos-direitos-territoriais-indigenas-quilombolas-de-outras-populacoes-e-da-mae-natureza/>

⁵⁶ BARTOLOME, Miguel Alberto. *Idem*, p. 43.

⁵⁷ *Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social... Idem*, p.3.

resistem diante dos avanços aos seus direitos territoriais e da necessidade das articulações dessas mobilizações na região. Como ressalta o morador José dos Anjos, 66 anos, membro da equipe de catequese e ministro da igreja, ao ser indagado sobre a importância do movimento, diz o seguinte:

olha em busca de... grande conquista que se tem né, principalmente a área onde nós “convivemo” dia a dia, que isso não veio de agora, veio dos nossos antepassados, e assim foram e nós “tamo” assim até agora, essa é a importância, garantir aos nossos filhos, netos e bisnetos o que tem ainda aqui na floresta⁵⁸.

Dona Maria de Jesus dos Santos Silva é mais incisiva em sua compreensão sobre a importância do movimento indígena, e considera que: “para nós lutar pelos nossos direitos pra nós não deixar os brancos tomarem o que nós temos”.

É consenso que os moradores estão conscientes de seus direitos e da necessidade em se articularem com os demais movimentos indígenas que lutam por reconhecimento e respeito a suas etnias, seus territórios e seus interesses. Essa compreensão aparece na fala de Elivaldo de Oliveira dos Santos:

Aqui num Baixo Tapajós nos temos um movimento ééé... o conselho, o conselho ééé... Tupinambá né, que também luta pelos direitos né, sempre quando tem os movimentos indígena que vão lutar pelos direito da terra principalmente, pelas suas áreas, os conselhos se unem e vão buscar de alcançar esses objetivos e então a organização do movimento indígena é principalmente esse né, de ir em busca de melhoria, de trazer coisas novas pra dentro da aldeia também⁵⁹.

Contudo, todo esse processo de conscientização dos moradores como indígenas e de reconhecimento da importância de se assumir como tal não foi algo homogêneo e unanime dentro da comunidade. As famílias da comunidade passaram por um período de esclarecimentos para que todos se aceitassem como indígenas, visto que, segundo os moradores entrevistados, a princípio nem todos se reconheciam como indígenas.

Para Luis Gonzaga Ferreira Fernandes, no início do movimento para o reconhecimento da comunidade como aldeia, as famílias “na verdade não foram todas né, mas depois alguns critérios que foi se criando foram se educando, foram descobrindo a sua origem, hoje em dia, graças a Deus, todo mundo se reconhece como indígena”.

⁵⁸ José dos Anjos, 66 anos. Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

⁵⁹ Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

Essa identidade indígena perpassa pela aceitação e reconhecimento de suas raízes e vem de encontro ao que Vaz filho reitera sobre a expressão “assumir-se como índio”. Em sua abordagem ressalta que esta foi muito usada na última década no baixo Tapajós e tem um primeiro sentido de declaração pública de uma identidade que, segundo os nativos, já preexistia⁶⁰. Isso não significa que todos os moradores se assumiam como indígenas quando o movimento começou como mencionado pelos próprios moradores da comunidade, apesar de haver esse entendimento de pertencimento a terra e a herança dos ancestrais indígenas, esse foi um processo que ocorreu à medida que as pessoas iam tendo acesso as informações a partir da organização do movimento indígena dentro da comunidade.

Quando perguntado sobre o envolvimento das famílias da comunidade no início do movimento, Elivaldo de Oliveira dos Santos diz que:

Não, nem todas as famílias quando iniciou o movimento né, algumas famílias é teve um pacto muito grande né, na comunidade, na aldeia, um pacto muito grande porque não existia entendimento quando se falava de índio né, se imaginava naqueles índios bravos da mata, na floresta isolado né, então houve um impacto muito grande e preconceito na mente das pessoas fez com que isso demorasse um pouco mais a ser entendido né, mas pouco a pouco através dos movimentos que aconteceram, o que aconteceu que a comunidade depois foi tomando consciência daquilo que era mesmo e hoje em dia, toda a comunidade se tornou indígena⁶¹.

Foi a partir desse trabalho de esclarecimento dentro da comunidade e que trouxe clareza para as famílias que ainda não se identificavam com o movimento indígena que a comunidade ganhou forças para se organizar e ir em busca de reconhecimento da comunidade como aldeia.

Ao serem perguntados sobre a importância do movimento Tupinambá no Baixo Tapajós, já se percebe o entendimento do que significa estar organizado e da relevância que há em estar em consonância com os demais movimentos indígenas da região. Essa é a maneira de terem acesso a seus direitos dentro do governo, como enfatiza Hipólito Silva quando diz que “é que hoje... a importância que a gente luta pra ganhar os benefícios que tem dentro do governo federal que possa chegar na mão dos indígenas do Baixo Tapajós, tanto faz do tapajós como Arapiuns que forma o Baixo Tapajós”.

Já para Elivaldo de Oliveira dos Santos:

⁶⁰ VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *Idem*, p. 233.

⁶¹ Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

O movimento Tupinambá ele vai, é um movimento que nós organizamos né, pra lutar pelos nossos direitos, então através desse movimento né, acreditamos né, nós estamos organizados né, porque nós vamos adiante né, nós criamos o conselho Tupinambá como coloquei aí né, que vai em busca de melhorias pro povo da aldeia que permanece na aldeia ali né, então essa é a importância do movimento⁶².

São concepções que para alguns moradores já estavam bem definidas a partir de seu entendimento como indígenas e que para outros foi preciso um pouco mais de esclarecimento, porém, hoje já se entende como algo que precisa ser preservado. O ser Tupinambá está atrelado a ideia de proteção de seu território, de sua cultura, de suas raízes, de possibilitar as próximas gerações essas experiências vividas por estes moradores atuais. Daí a importância do movimento Tupinambá no Baixo Tapajós, como se percebe na fala de Luiz Gonzaga Ferreira Fernandes, quando diz que a relevância do movimento Tupinambá:

A primeira é zelar pela nossa etnia né; a segunda é a preservação nossas culturas que tão voltando daquele tempo, muito já esquecido hoje, então essa importância ela veio trazer então descobrimento da cultura do conhecimento e a gente sabia que muitos já “tavam” assim esquecendo nossa cultura, não “tavam” aquele valor pra cultura hoje não, hoje tá voltando tudo, principalmente nossa aldeia tá sendo valorizada nessa parte⁶³.

Essa convicção da importância do movimento tupinambá para a região é algo que tem se consolidado dentro da Aldeia Muratuba através de seus moradores, pois, para Maria de Jesus, a aldeia já se insere não apenas fazendo parte de um movimento indígena, mas sim como o próprio movimento em si, pois ressalta em sua fala sobre a importância do movimento Tupinambá que “a nossa importância é de nós unir as nossas forças e nunca nós mudar a nossa origem de ser indígena e nem ter vergonha de ser o que nós somos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou como eixo investigativo a mobilização dos moradores de Muratuba pelo reconhecimento desse espaço como aldeia indígena. A pesquisa estruturou-se com base na história oral, o que nos permitiu conhecer os relatos dos indígenas sobre essa temática.

⁶² Entrevista concedida em 02 de julho de 2017.

⁶³ Luiz Gonzaga Ferreira Fernandes, 57 anos. Entrevista concedida em 01 de julho de 2017.

O trabalho foi dividido em alguns tópicos de debates. No primeiro, chamado de “Etnogênese: algumas considerações”, tivemos como intuito mobilizar discussões sobre o conceito de etnogênese, etnicidade e etnia, trazendo apontamentos sobre esses conceitos, de acordo com os autores. Ainda nesse sentido, a partir desses debates, buscou-se pontuar o que vem acontecendo no interior das comunidades para se autodeclararem indígenas.

No segundo item, intitulado “Etnogênese e estudos indígenas”, aprofundamos esses debates e destacamos que as reivindicações dos povos indígenas para o reconhecimento de seus territórios, costumes e tradições, é um fenômeno que ocorre, não só no Brasil, mas também em outros países, conforme esclarecem alguns autores. Prosseguindo nesse tópico, podemos enfatizar, em diálogo com alguns pesquisadores, que comunidades indígenas identificaram que suas experiências vivenciadas e repassadas pelos relatos orais de seus antepassados são dignas de serem levadas em consideração. Ainda nesse sentido, notamos a presença do processo de auto identificação, o de “assumir-se como índio”, instituído nessas comunidades.

Outro tópico presente na pesquisa, faz referência às “Considerações metodológicas”, no qual buscamos discorrer sobre o método de pesquisa utilizado, isto é, a história oral e procuramos trazer apontamentos de alguns autores sobre essa metodologia. Nesse item, também explanamos como se deu a escolha dos entrevistados, assim como, de que forma foi organizada a entrevista, evidenciado a elaboração do roteiro, a aplicação desse até a transcrição das entrevistas e, posteriormente, as análises.

O item seguinte, intitulado “Aldeia Muratuba”, foi construído com o intuito de localizar o espaço trabalhado na pesquisa, trazendo, inclusive, o mapa para facilitar a localização. Além disso, buscamos trazer, de maneira resumida, a história de Muratuba, pontuando a origem e a organização social que constituía esse lugar.

Por fim, trouxemos “O processo de reconhecimento da comunidade como aldeia indígena: a visão dos moradores de Muratuba”, esse item, foi destinado a análise das entrevistas realizadas com os indígenas de Muratuba, dispo de alguns eixos: a relação com a identidade indígena, como eles avaliaram o processo de reconhecimento do espaço como aldeia indígena, o que mobilizou a busca pelo reconhecimento da comunidade como aldeia indígena e como esses moradores se sentem ao se declararem Tupinambás. Nas entrevistas, quando foram indagados sobre o intuito do reconhecimento desse espaço como aldeia indígena, foi possível notar o foco dos entrevistados na questão da proteção da floresta e dos recursos advindos dela. Já sobre o processo desse reconhecimento, notamos, na fala dos entrevistados, a participação de algumas famílias que se organizaram e mobilizaram-se para o

reconhecimento como aldeia indígena. No que concerne à definição da etnia presente na comunidade, notamos que, para alguns entrevistados essa identidade étnica ainda não está bem clara conforme seus depoimentos.

Através dos relatos, percebe-se que ao longo do processo de consolidação da comunidade como aldeia indígena foi necessário levar alguns moradores locais a se conhecer, se perceber e se aceitar, no caso, aqueles que não se reconheciam como descendentes dos indígenas que habitaram a região em que viviam.

Entende-se que no decorrer da nossa construção como sociedade brasileira houve a participação de agentes diversos nessa formação, contudo, algumas contribuições foram suprimidas em detrimento de outras. A participação indígena em nossa formação histórica ficou atrelada a ideia de submissão, escravidão e desaparecimento em massa de diversas etnias ao longo da colonização portuguesa. Por muito tempo, essa foi a história dos povos indígenas que tiveram que se camuflar na sociedade em formação para sobreviver e que guardaram resquícios de sua cultura eram tidos como inexistentes, porém, a partir dos movimentos indígenas ganharem fôlego, nota-se a luta para manter suas terras e impulso de novas comunidades a se reconhecem como indígenas.

Todo esse processo que ocorreu e ainda vem ocorrendo, tem contribuído para que populações que antes não se identificavam como indígenas passassem a buscar essas raízes históricas. Esse movimento, que ficou conhecido como processo de etnogênese, desencadeou um aumento em pedidos de reconhecimento de comunidades como indígenas e a região oeste do Pará não ficou à margem desse processo. Foi esse entendimento que levou os moradores de Muratuba a se mobilizar e requerer o direito de se manter em sua localidade como moradores descendentes da etnia Tupinambá. Dando-lhes o direito de se manter na sua terra, de proteger o seu local de moradia, de sobrevivência e de manter vivas suas raízes culturais que já fazia parte do cotidiano da comunidade.

Apesar da comunidade hoje ser identificada como aldeia Muratuba, o processo que a aldeia vivenciou para chegar a esse movimento foi árduo e passou por vários processos como foi possível constatar ao longo das entrevistas coletadas. Os moradores se empenharam, primeiramente, para conscientizar aqueles que ainda não se reconheciam como herdeiros dessa etnia e, posteriormente, junto aos órgãos competentes para buscar o reconhecimento legal da comunidade como aldeia indígena.

Para concluir, no desenvolvimento da análise das entrevistas, podemos perceber que a experiência da comunidade, desde o início do movimento para ter a garantia de reconhecimento como aldeia, é oriunda de muitas lutas, de investigações que tiveram a

contribuição de antropólogos e estudiosos que se dispuseram a ir à aldeia fazer esses estudos, mas, principalmente, pelo envolvimento da própria comunidade que almejava esclarecer suas origens e lutar para ter seus direitos garantidos, preservados e respeitados. Conclui-se que os moradores da comunidade hoje são bem conscientes dos benefícios que a demarcação de suas terras lhes garantiu. A importância do movimento indígena para essa consolidação é bem presente na fala dos moradores e que demonstra a conscientização do quanto foi significativo a comunidade se envolver no movimento que se iniciou.

Diante do que foi discutido e apresentado, temos o intuito de continuar a pesquisa, gerando novas questões, aprofundando os debates aqui iniciados e objetivando estender a pesquisa, sobre o processo de etnogênese, focalizando, além da aldeia Muratuba, busca-se atentar-se também ao processo ocorrido na aldeia Juarituba de igual etnia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ARRUTI, José Maurício. Etnogêneses indígenas. In.: RICARDO, Beto e RICARDO, Fany (ed.). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abril. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100002&script=sci_arttext.
- Caderno nova Cartografia. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais*. N. 1, jun. 2014. Manaus: UEA Edições, 2014. Disponível em <http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2013/10/03/declaração-da-mobilizacao-nacional-em-defesa-da-constituicao-federal-dos-direitos-territoriais-indigenas-quilombolas-de-outras-populacoes-e-da-mae-natureza/>
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *HISTÓRIA ORAL. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura*. Dossiê, p. 9-25, 2003.
- LUCIANO, Gerssem J. dos Santos; OLIVEIRA, Jô Cardoso de; HOFFMAN, Maria Barroso (org.). *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília: Centro indígenas de estudos e pesquisa, 2010.

- PEIXOTO, Rodrigo Correa; ARENZ, Karl; FIGUEIREDO, Kércia. O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15 n. 2 • p. 279-313, dez. 2012.
- PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, (17), nov. 1998.
- PLATT, Lucinda. Etnicidade. In: SCOTT, John (org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- POUTGNAT, Philippe. *Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Elcio Fernandes. 2ª ed. São Paulo: ed. Unesp, 2011.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Tese de doutorado, 2010.

MORADORES ENTREVISTADOS

ANJOS, José dos, 66 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, ministro da eucaristia. Entrevista concedida em 01/07/2017 na residência do entrevistado.

FERNANDES, Luiz Gonzaga Ferreira, 57 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, delegado sindical da aldeia. Entrevista concedida em 01/07/2017 na residência do entrevistado.

FERNANDES, Rosivethe Castro, 51 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, professora. Entrevista concedida em 01/07/2017 na residência da entrevistada.

SANTOS, Elivaldo de Oliveira dos, 34 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, professor. Entrevista concedida em 02/07/2017 na residência do entrevistado.

SILVA, Hipólito, 73 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, aposentado. Entrevista concedida em 01/07/2017 na residência do entrevistado.

SILVA, Maria dos Santos, 71 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, membra da equipe de pastoral da aldeia. Entrevista concedida em 02/07/2017 na residência da entrevistada.

OLIVEIRA, Vitória de, 78 anos, Tupinambá, Aldeia Muratuba, aposentada. Entrevista concedida em 01/07/2017 na residência da entrevistada.

APÊNDICE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA”, do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Regilene dos Santos Silva

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

Douglas MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduanda em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: *Rosé do Anjo*

Idade: *66*

Endereço: *Aldeia muratuba*

Contato:

Rosé do Anjo
Assinatura do participante

Aldeia muratuba, *01* de *junho* de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA", do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Bruiz Gonzaga Pereira Fernandes

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduada em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: Luiz Gonzaga Ferreira Fernandes

Idade: 57

Endereço: Aldeia Muratuba

Contato:

Luiz Gonzaga Ferreira Fernandes

Assinatura do participante

Aldeia Muratuba, 01 de Julho de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "**Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA**", do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Elivaldo de Oliveira dos Santos

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa*Nome: Regilene dos Santos Silva**Graduanda em História na Universidade Federal do Oeste do Pará**Telefones: (93)991832646**E-mail: lene.resex@gmail.com**Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.**Nome: Douglas Mota Xavier de Lima**Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará**Telefones: 93 99111-6786**E-mail: douglas.mx1@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br**Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050*

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participanteNome: *Éivaldo de Oliveira dos Santos*Idade: *34 anos*Endereço: *Aldeia Muratuba*Contato: *991758484**Éivaldo de Oliveira dos Santos*

Assinatura do participante

Aldeia Muratuba, 02 de *Julho* de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA”, do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Regilene dos Santos Silva

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduada em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: Rosinete Castro Fernandes

Idade: 51

Endereço: aldeia Muratuba

Contato: aldeia Muratuba

Rosinete Castro Fernandes

Assinatura do participante

aldeia Muratuba 05 de julho de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "**Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA**", do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Maria de Jesus dos Santos Silva

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduada em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: Maria de Jesus dos Santos Silva

Idade: 71

Endereço: Aldeia Muratuba

Contato: 991930012

Maria de Jesus dos Santos Silva

Assinatura do participante

Aldeia Muratuba, 02 de julho de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "**Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA**", do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Hipólito Silva

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduada em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: Hipólito Silva

Idade: 73 anos

Endereço: Aldeia Muratuba

Contato: 991930012

Hipólito Silva

Assinatura do participante

Aldeia Muratuba, 10 de julho de 2017.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **"Etnogênese Tupinambá no Baixo Tapajós- Estudo da Aldeia de Muratuba, Santarém- PA"**, do(a) estudante de licenciatura em História e Geografia, **Regilene dos Santos Silva**, orientado(a) por **Douglas Mota Xavier de Lima**, professor de História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O objetivo central do estudo é compreender o processo de reconhecimento da Aldeia Muratuba. A pesquisa em curso visa ter seus resultados divulgados em relatórios de pesquisa, apresentações, artigos científicos e no trabalho de conclusão de curso do referido estudante.

Você está sendo convidado a participar por ser um(a) morador(a) da Aldeia Muratuba, foco do estudo. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. Não há benefícios diretos relacionados com a sua colaboração nesta pesquisa. Porém, você estará contribuindo para as pesquisas em desenvolvimento no curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista que será gravada em áudio. A sua entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente a equipe de pesquisa terá acesso à mesma. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora. A entrevista será confidencial, ou seja, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro, sob a guarda dos pesquisadores. Embora os pesquisadores se comprometam a manter a confidencialidade, pode haver a possibilidade de você ser identificado de forma indireta, por exemplo, ao prestar alguma informação por meio da qual a sua identidade possa ser deduzida. Para minimizar este risco, você poderá limitar a informação fornecida e omitir detalhes que ache que poderão identificá-lo. Você também pode se recusar a responder à alguma pergunta, se quiser.

Regilene dos Santos Silva

Assinatura do entrevistador

Elitória de Oliveira

Nome do entrevistador

Douglas Mota Xavier de Lima

Assinatura do professor responsável

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA

Nome do professor responsável

Contato da equipe da pesquisa

Nome: Regilene dos Santos Silva

Graduada em História na Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: (93)991832646

E-mail: lene.resex@gmail.com

Endereço: Rua Joana Darc, 94, Maracanã, Santarém/PA.

Nome: Douglas Mota Xavier de Lima

Professor do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará

Telefones: 93 99111-6786

E-mail: douglas.mxl@ufopa.edu.br dougmotahistoria@yahoo.com.br

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 2475/301, Aldeia, Santarém/PA. Cep: 68040-050

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Dados do participante

Nome: Victoria Oliveira

Idade: 48

Endereço: aldeia muratuba

Contato:

Victoria de Oliveira

Assinatura do participante

aldeia muratuba de 01 de julho de 2017.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual a origem da aldeia Marituba?
 - 1.1 você poderia me falar sobre a quantidade de famílias da aldeia em sua origem?
2. No início da comunidade todas as famílias se reconheciam como indígenas?
3. Como surgiu o processo de reconhecimento da comunidade Muratuba para se torna aldeia indígena?
 - 3.1. Você poderia me falar como a comunidade definiu sua etnia?
4. Qual o motivo da autodemarcação Tupinambá na aldeia Muratuba?
5. No início do movimento de reconhecimento como aldeia indígena, todas as famílias já se assumiam como indígenas?
6. Em linha gerais, o que é ser tupinambá?
7. Qual a sua opinião sobre a importância do movimento indígena no Baixo Tapajós?
8. Qual a sua opinião sobre a importância do movimento Tupinambá no Baixo Tapajós?